

Processos de purificação social – a propósito da manifestação de 15 de Setembro de 2012 em Portugal

“A revolução não surge de toda e qualquer situação revolucionária, mas somente nos casos em que todas as mudanças objectivas (...) vem acrescentar-se uma mudança subjectiva, a saber: a capacidade da classe revolucionária de desenvolver acções evolucionárias de massas suficientemente vigorosas para derrubar (ou dismantelar) o antigo governo, que não ‘cairá’ jamais por si mesmo, mesmo em épocas de crise, se a sua queda não for provocada. (...) o desenvolvimento do estado de espírito revolucionário e a passagem à acção revolucionária (...)” definirá a revolução.

Lenine, *A Falência da II Internacional*.

De surpresa, Portugal, uma sociedade animicamente estéril do ponto de vista da acção social, revela-se numa sociedade pujante, embora desorganizada, como quem acorda sem agenda estabelecida. Aquilo que os politólogos descreviam como uma sociedade normalizada, descomprometida com a política, com crescentes taxas de ausências aos escrutínios políticos, alternando a direita com a esquerda ao sabor do cansaço da governação finda, embora continue – segundo as sondagens – a respeitar esse seu comportamento previsível, revela-se, ao mesmo tempo, atravessada por intenções novas, cujos contornos não são evidentes, como um casulo de onde sairá um ser não identificado. O que será que vai emergir? Um movimento social? Dois movimentos sociais? Uma nova sociedade, como espera o governo? Uma sociedade diversa da que espera o governo? O colapso nacional, uma nova sociedade colonizada, como há quem tema haver o risco?

Os povos da Grécia, da Irlanda e da Espanha passam por processos de resgate financeiro semelhantes ao de Portugal mas reagem a elas à sua própria maneira. A história recente e mais distante de cada país, que produziram as estruturas político-económicas vigentes, são trazidas à primeira linha das discussões (a guerra civil e as dívidas alemãs na Grécia, os traumas da emigração e do colonialismo na Irlanda, os independentismos na Espanha, a nova economia, a inserção na globalização).¹ No caso português voltou a cantar-se nas ruas Grândola, Vila Morena e o Povo Unido Jamais Será Vencido, como 40 anos antes.

Ao contrário do que seria possível em 1974, surgem movimentos (sociais?) de convocatória na internet que quando geram grandes manifestações de passam a auto-denominar pelo dia e mês do acontecimento, de cuja memória se tornam guardiões. Tipicamente grupos de poucos

¹ Cf., por exemplo, <http://mil-hafre.blogspot.pt/2012/10/fur-frau-merkel-carta-chanceler-da.html>.

internautas mais ou menos abertos à colaboração de outros activistas, descobrem motivos de acção em convocatórias internacionais para contestar a situação.

O modelo típico na base da ideia sociológica de movimento social, na sociologia, é o dos heróicos movimentos operários ilegais no século XIX, sempre reprimidos e por vezes brutalmente. Mais tarde, na segunda metade do século XX, integrados no Estado, ganharam foros de cidadania como parceiros sociais. Não são modelos para a sociologia nem os movimentos feministas nem os movimentos nazis/fascistas. Os primeiros extremamente influentes e bem-sucedidos, sobretudo na vertente cultural e de representação externa da nossa civilização (mas sem o estatuto de parceiro social), os segundos derrotados na Segunda Grande Guerra e cultural, moral e politicamente reprimidos (talvez não tanto quanto seja necessário, a ter em conta a sua reemergência actual na Europa).²

A crise financeira de 2008, ao ser tratada como uma catástrofe a que os Estados deveriam ocorrer para salvar o sistema financeiro falido, reflectiu-se na canalização dos custos de tal operação para os países do Sul da Europa, tendo o efeito de provocar movimentos sociais novos nesses países, movimentos que não se viam desde meados dos anos setenta, aquando do derrube das ditaduras a cujo jugo estes povos estiveram sujeitos por décadas. Mas a história não se repete. A feliz reconversão democrática destes países pode agora reverter-se?

Na verdade esses movimentos são réplicas de movimentos sociais no norte de África e nos EUA (onde se chamam *Occupy*), de características muito distintas, dada a composição demográfica e as situações políticas muito distintas em cada um destes continentes. O que remete para a velha discussão de saber se serão formas de reacção contra o estado da economia ou a expressão de novos estados da sociedade a emergir? Serão uma resposta popular à actual crise do capitalismo global, no Ocidente, ou trata-se, antes, de uma primeira afirmação de uma nova cultura democrática, mais exigente e participante? Será a emergência da luta de classes própria do capitalismo, entre assalariados e respectivos patrões, organizados por estados-nação, ou será a emergência de um tipo de crença nova, onde a austeridade significará contenção dos lucros e da especulação, conservação das potencialidades ambientais terrestres, segurança dos direitos humanos e da equidade social global?

Ainda é cedo para se conhecerem bem o que sejam e sobretudo o que venham a ser os movimentos sociais genericamente conhecidos por Indignados. Sabe-se, isso sim, que são distintos dos movimentos de operários e de trabalhadores, actualmente institucionalizados, organizados pelos sindicatos e partidos a eles ligados. São reconhecidos, na sua espontaneidade, por homens e mulheres de diferentes gerações, indistintamente perplexos, a quem repugna as lideranças tal como costumam ser organizadas pelos partidos políticos, em sociedades que exportaram as respectivas indústrias em nome de uma solidariedade europeia que agora lhes falta. Reagem ao medo provocado pelo fim do horizonte progressista e de garantias sociais próprios do Estado Social e estão conscientes de ser necessário reinventar o futuro para dar sentido ao presente, contra aquilo que se está a passar; isto é, contra o

² Cf. <http://www.guardian.co.uk/world/2012/oct/26/golden-dawn-infiltrated-greek-police-claims> ou <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-19983575> ou <http://www.guardian.co.uk/world/2012/aug/14/hungarian-far-right-jewish-roots> ou <http://www.reuters.com/article/2012/08/25/us-hungary-farright-idUSBRE8700E420120825>.

desrespeito pelos direitos humanos das populações, crianças, doentes, famílias com necessidades especiais, reformados, jovens à procura de emprego, e o desmantelamento das possibilidades de se aspirar à meritocracia e ao acesso alargado às actividades assalariadas ou empresariais.

Confrontam-se com a noção de não ser economicamente sustentável os cuidados sociais – educação e saúde – generalizados, o que significa a redução da funcionalidade das classes que mais cresceram nas últimas décadas, com formações superiores, e a eliminação de quem não tenha recursos para pagar serviços de saúde. A questão é se será socialmente sustentável o retorno a sociedades em que os direitos fundamentais sejam usados para distinguir privilégios de classe.

A violência deixou de ser tratada como uma mera excrescência social a evitar e a marginalizar.³ Trata-se agora de a encarar também numa perspectiva utilitária. Do lado das instituições, trata-se de condicionar as manifestações. Do lado dos potenciais manifestantes trata-se não só de não aceitar a intimidação policial mas também de impor a soberania popular aos círculos políticos onde as decisões são tomadas contra as promessas eleitorais e contra as populações. Na Grécia, já é claro, foram os nazis/fascistas o primeiro partido a tomar assumidamente a violência em mãos (contra imigrantes e activistas de esquerda, incluindo homicídios) como arma para identificar bodes expiatórios, a partir do momento em que se viram legitimados pelo voto popular (é o terceiro partido mais votado, actualmente).

O caso português, apresentado pelos representantes do Estado como diferente do caso grego (embora também surjam regularmente notícias de estarmos a viver em atraso aquilo porque já passaram os gregos uns meses antes), viveu nos últimos anos manifestações raras e impressionantes. Duas delas (12 de Março de 2011 e 15 de Setembro de 2012) mobilizando 10% da população do país nas ruas de muitas cidades. Estes comportamentos espontâneos (estas manifestações foram convocadas por grupos de internet sem menção a partidos ou sindicatos) contrastam com índices de participação cívica e política muito baixos, Cf Carvalho (s.d.).

A comparação feita nos *media* entre a última mega manifestação e a manifestação do 1º de Maio de 1974, dia do trabalhador uma semana após a revolução dos cravos, dá a ideia do contraste, então como hoje, entre a tensão reprimida do dia-a-dia e a liberdade irreprimível pontualmente auto-autorgada pelo povo para dizer “Basta!” e chamar “gatunos!” a quem manda, cantando o hino nacional e Grândola, Vila Morena (símbolo da revolução), e gritando por Portugal como se faz nos jogos de futebol. Nenhum incidente de violência foi capaz de minimizar a pujança da afirmação do povo,⁴ teoricamente soberano num país republicano e democrático. Na prática, porém, o sentimento de proscricção é muito alargado – as pessoas reconhecem que as instituições políticas estão sem controlo e vão continuar a fazer o que bem entenderem. A ideia *kitch* que circulou de ser preferível voltar a um regime ditatorial, como o

³ Fala-se abertamente da necessidade uma nova revolução enquanto o orçamento de Estado, em tempo de consolidação, reforça os orçamentos dos militares e das polícias.

⁴ A prática corrente nos *media* pode ser observada neste clip de dia 15 de Setembro: <http://www.rtp.pt/play/p79/e92702/especial-informacao>.

de Salazar,⁵ foi suplantada mais recentemente pela ideia de fazer outra revolução.⁶ (O que não significa o afastamento definitivo da primeira ideia). A possibilidade do uso da violência política aparece ainda sob a forma da ideia de que, desta vez, a revolução poderá não ser de cravos, seja porque não vão deixar a democracia funcionar, seja porque só a violência seria garantia de profundidade das transformações revolucionárias.

Tal como Otelo Saraiva de Carvalho, citado nas notas de pé de página anteriores, a sociedade e as pessoas vivem uma situação de evidente crescente instabilidade. Hesitam em precipitar-se, aguardando de momento por melhores orientações para o futuro. Tal como ocorreu na Grécia, antes da entrada na cena política dos partidos mais à esquerda, com mais votos, e dos partidos mais à direita, usando a violência contra bodes expiatórios e o interesse da polícia para afirmarem o respectivo poder social – na caridade e no policiamento extra judicial por milicianos – e político, já que tais actuações passaram a render votos.

Além das eventuais semelhanças entre o espírito de unidade sem programa, das actuais grandes manifestações e da manifestação do 1º de Maio de 1974, há diferenças importantes, desde logo demográficas. Embora a sangria demográfica caracterizasse o país nos anos sessenta e setenta, como actualmente, Portugal, era um país de jovens nos anos 70. Tornou-se num dos países mais envelhecidos do mundo na segunda década do século XXI. Por outro lado, registou-se uma quadruplicação do número de licenciados nos últimos 20 anos, tendo o efectivo de licenciados crescido de 155,3 mil em 1981 para 1.262,5 mil diplomados 2011, mais de oito vezes. Ora, é a classe dos licenciados que aponta para um índice de práticas de participação cívica e política cerca de 3 vezes superior aos outros grupos sociais em Portugal. E são esses, a quem a Europa prometeu respeito pelo valor dos saberes acumulados através do estabelecimento de uma meritocracia (entretanto obviamente suspensa – se é que alguma vez existiu), quem dá o ambiente às manifestações multitudinárias. Esta maior intensidade relativa da intervenção cívica e política deste grupo social (muito menos influente 40 anos atrás) é também observada noutros países, incluindo no Norte de África, enquanto os trabalhadores independentes, operários, empregados executantes, empresários, dirigentes e profissões liberais, apresentam menor actividade política e cívica, Cf Carvalho (s.d.).

Verifica-se na rua uma emergência paralela de dois tipos de manifestações claramente diferentes, ambas em crescendo e sem concorrência nem convergência entre si: as enquadradas pelos movimentos sindicais, tipicamente desconfiadas de movimentações ou palavras de ordem que não sejam lideradas e enunciadas pelos dirigentes sindicais, dentro dos perímetros dos respectivos piquetes de ordem, e as convocadas pela internet, por grupos desconhecidos do público, reivindicando-se sem obediência partidária ou sindical, e que por vezes não passam de algumas dezenas de activistas que se encontram para desfilar e, outras vezes, vêm as convocatórias tornarem-se em *tsunamis* políticos.

⁵ Ver declarações de Otelo Saraiva de Carvalho, http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/otelo-se-soubesse-como-o-pais-ia-ficar-nao-fazia-a-revolucao_1489583.

⁶ Ver declarações de Otelo Saraiva de Carvalho, <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/otelo-diz-que-um-golpe-militar-agora-seria-mais-facil-do-que-em-74-e-melhor-do-que-manifestacoes-1520201>.

O modelo cognitivo de Maio de 1968

Marcelo Rebelo de Sousa, um dos comentadores mais conhecidos em Portugal, antigo presidente do Partido Social Democrata, o partido da direita do rotativismo político, assim se começou a sentir existirem inescapáveis razões para a indignação geral dos portugueses, recomendou serem preferíveis as garantias dos serviços de ordem treinados nas manifestações de esquerda do que o espontaneísmo alegadamente violento dos estigmatizados anarquistas (em substituição dos velhos comunistas, actualmente integrados no regime).⁷

A prática mostrou, posteriormente, que as grandes manifestações populares sem serviços de ordem eram sistematicamente pacíficas – apesar das provocações, aqui e ali, incluindo da polícia.⁸ Imparáveis, pela mole humana que se despejava nas ruas, tais manifestações só se reuniam sem a presença dos sindicatos e partidos, como em 12 de Março de 2011 – para deitar a baixo o governo do Partido Socialista, de Sócrates – e em 15 de Setembro de 2012 – manifestação muito maior e um pouco mais radical – para acabar com a austeridade.

Pacheco Pereira, um dos trânsfugas da extrema esquerda da revolução dos cravos para a direita política do regime saído do processo de normalização do processo revolucionário (o PSD), avisou para a provável convergência dos movimentos sindicais e da esquerda instituída com os movimentos que reúnem, de surpresa, onde haja convocatórias com origem na internet (elas são regulares), cuja característica principal é serem extra-partidárias e extra-sindicais e muito sensíveis às contradições do regime expostas na e pela comunicação social (por sua vez pressionada pela concorrência das redes de auto-informação na internet).

Cada um à sua maneira, estes dois comentadores referiram-se aos acontecimentos de Maio de 1968 (e da revolução dos Cravos, em 1974/75) como padrão histórico para antever o que se possa vir a passar a partir do sentimento generalizado, crescente e cada dia mais urgente, de que não é possível a manter a situação.

Nessa época os estudantes saíram à rua sem organização e os trabalhadores a eles se vieram juntar mais tarde;, à margem dos sindicatos primeiro e, depois, contra os sindicatos que quiserem controlar politicamente as acções de rua.

(Há diferenças importantes entre Maio de 68 e a situação actual. O Sul da Europa era então governado sob ditaduras e a erradicação da pobreza não era parte de nenhum objectivo político sequer imaginado. As sociedades em crise são agora as democracias. Nesse tempo as

⁷ Os anarquistas, historicamente, são o menor dos riscos, quanto se trate de risco da integridade física das pessoas, segundo fontes anti-terroristas norte-americanas citadas em João Freire (2009) "De onde vem a violência" em *A Ideia* nº 66, Almada, Tipografia Lobão. Os maiores riscos de morte provocaram os movimentos religiosos, nacionalistas, e separatistas.

⁸ "Há provas de polícias à civil a incitarem à violência no dia da greve geral" no *Jornal de Notícias*, http://www.jn.pt/PaginalInicial/Seguranca/Interior.aspx?content_id=2156488; "O DILEMA DO MACEDO: DEMITIR OU DEMITIR-SE! Direcção Nacional da PSP reage em entrevista às provas apresentadas na rede, relativas à violência policial e à existência de agentes provocadores na manifestação", <http://5dias.net/2011/12/02/o-dilema-do-macedo-demitir-ou-demitir-se-direcção-nacional-da-psp-reage-em-entrevista-as-provas-apresentadas-na-rede-relativas-a-violencia-policial-e-a-existencia-de-agentes-provocadores-na-manif>.

revoluções foram anunciadas de surpresa e, sem interrupções, desenrolaram-se em clímax localmente, junto dos centros de poder. O Norte da Europa recebia muitos imigrantes do Sul do continente que lá trabalhavam, entre os quais espanhóis, portugueses e italianos. Em 1968 a violência explodiu de surpresa e durou poucas semanas, intensamente, até se extinguir, transformando os costumes das sociedades ocidentais por décadas a seguir. Escasseiam estudos sobre o que terá efectivamente ocorrido às sociedades naquela década – como escasseiam discussões cientificamente informadas sobre o que se passou no Holocausto. O que nos impede hoje de termos mais do que vagas ideias sobre isso e apenas os suficientemente idosos para se recordarem de terem recebido notícias dos acontecimentos. Actualmente a revolta é latente, a violência controlada, a perspectiva de transformação mais profunda, traumática e longa afecta mais gente, pois as cidades tornaram-se metrópoles e os meios de comunicação funcionam de forma instantânea. Não está em causa uma revolução cultural apenas. A iniciativa está do lado da governação e está em causa toda a arquitectura institucional construída na Europa para impedir a guerra entre europeus que, dizem, deixou de ser economicamente sustentável. Talvez por a guerra ser actualmente um dos negócios mais lucrativos).

Em Maio de 1968 em França, como durante os tempos da contestação estudantil ao regime fascista em Portugal, a esquerda reclamava a superioridade do seu estatuto operário e estigmatizou a origem burguesa dos estudantes universitários. Para dizer que o radicalismo destes últimos (bem como dos operários que se lhes juntaram) era politicamente contraproducente. Como se as instituições políticas de esquerda, então como agora, estivessem em condições de regular os acontecimentos políticos, dentro ou fora das instituições.

Desse tempo ficou o sucesso do arremedo anarquizante com impacto muito significativo ao nível dos costumes e da cultura e a frustração das esquerdas, que desde então não deixaram de perder terreno político. A nova esquerda libertária, surgida na ocasião, *compagnon de route* do neo-liberalismo, posicionou-se contra a burocracia e o Estado, viveu o aumento de peso e influência políticas coligada à direita, nomeadamente através da Terceira Via, mas soçobrou no fundamental – as ameaças às liberdades são hoje maiores, cf. Sennett (2006). A nível supranacional, as super administrações hiper informatizadas não só expulsaram qualquer simulacro de democracia como saparam as liberdades, em nome das sucessivas urgências politicamente construídas (guerras, pandemias, dívidas) sobre sentimentos de insegurança produzidos através de campanhas político-mediáticas, cf. Roberts (2002), Lambert (2005), Gil (2004), Palidda e Garcia (2010).

A crise das dívidas soberanas produzida para salvar os bancos da falência provocada pela bolha imobiliária e pelos esquemas fraudulentos de fazer lucros, foi o episódio revelador, pois seguiu-se-lhe efeitos económicos ao nível dos rendimentos das famílias. Face a meias palavras e meias informações sobre as intenções por detrás das medidas políticas, ameaçam-se sectores seleccionados da sociedade – os trabalhadores do sector público, professores, enfermeiros, médicos, e outros – apresentando-os como privilegiados. Geram-se sentimentos de vingança contra tais bodes expiatórios para benefício do encobrimento das engenharias sociais que sustentam as engenharias financeiras. A certa altura, passaram a ser povos inteiros os estigmatizados para consumo interno da política de países mais poderosos, em particular a

Alemanha. Expulsam-se, assim, os medos, temporariamente, para longe da porta, no mesmo sentido que George W. Bush explicou usar a guerra no Iraque, longe dos EUA, para não ter que a enfrentar em casa.

Como outras vítimas, os grupos profissionais e os povos, surpreendidos pela violência dos ataques, procuram primeiro em si as causas dos problemas. Mas para sobreviverem terão de, numa altura adequada, transformar a vitimação em orgulho identitário, eventualmente irracional e violento, mas não necessariamente assim.

As virtualidades políticas da nova cultura desenvolvida no Ocidente a partir dos anos sessenta entraram em choque com as realidades institucionalizadas. Sarkozy, ao tomar posse da presidência francesa, anunciou que o Maio de 68 tinha secado. Porém, as contradições entre a herança cultural libertária e as políticas institucionais de tendência totalitária estavam nesse preciso momento a ser reequacionadas (por isso Sarkozy sentiu a necessidade de falar disso). Juntas, as contradições próprias do capitalismo com as do centralismo burocrático-administrativo, enfrentam hoje a reclamações inauditas da cidadania que aprendeu a sua força e acredita que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, cf Holloway (2003). Reclamação, de resto, que sente a violência com que é reprimida, bem como o desejo de violência para fazer valer a vontade popular.

A chave do futuro pode estar no modo como os movimentos de trabalhadores encararem os movimentos de indignados: como seus concorrentes (como faz Aurora Dourada na Grécia, começando por atacar imigrantes e passando rapidamente a atacar esquerdistas, gays, deficientes e todas as minorias identificadas pelo Estado Social como merecedores de discriminação positiva) ou como aliados no processo psico-social de reverter a seu favor os processos de vitimação organizados pelos Estados (contra os trabalhadores, os licenciados, os povos).

A emergência de novos modos de organização popular

O Fórum Social Mundial colocou no centro dos novos modos de organização do partido emancipador global a cooperação voluntária entre campanhas em torno de causas – nos termos daquilo que a sociologia chamou novos movimentos sociais e sociedade pós-moderna,⁹ sem uma narrativa integradora, Cf Lyotard (1985) – por oposição à organização partidária de classe no centro de alianças interclassistas, como a esquerda, a direita, o centro (ou indecisos) e os excluídos. O Fórum Social Mundial consagrou uma forma de democracia interactiva, em torno de problemas específicos, independente da ideologia professada, cuja definição é mais complexa do que o sufrágio universal para os órgãos do Estado (conquista de tão duras lutas sociais). Já não há a distinguir democracia burguesa da democracia popular, como no século XX. Há, ao contrário, a distinguir a insuficiente mas mais consolidada democracia representativa da mais fluida e sensível democracia participativa, não para as fazer contraporem-se mas para cooperarem entre si de forma sinérgica.

As lutas entre classes são agora apenas um dos muitos aspectos das lutas sociais. Caracterizadas por um pudor de violência que deu fama à democracia e ao estado de direito

⁹ Cf. Giddens (1985) e a sua proposta alternativa de dimensões sociais e

ocidentais como destino de imigrantes, cf. Dores (2009). Lutas para igualdade de género, liberdade de orientação sexual, contra as discriminações, pelos direitos humanos, contra os abusos de poder, que todavia persistem, por vezes com a escandalosa inacção das autoridades e, até, sua eventual convivência.

O atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001 contra alvos norte-americanos, por parte da Al Qaeda, teve consequências práticas na reunião do Fórum Social Mundial de Janeiro do ano seguinte, em Porto Alegre. As Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia, e outros grupos armados, foram impedidos de se inscreverem. A violência armada não era bem-vinda. Como não eram bem-vindos os partidos.¹⁰

Em Portugal, nos meses seguintes, o Fórum Social Português, infiltrado pelos dois partidos parlamentares mais à esquerda, juntou várias dezenas de activistas na preparação de um encontro nacional. Tais partidos não só não se coibiram de desrespeitar a carta de princípios, intervindo partidariamente nos trabalhos, como preferiram dividir o evento através da organização de duas manifestações separadas, terminando com as forças de quem procurou então um espaço de reformulação política e social. Tendo adormecido a construção de alternativas políticas neste campo, em Portugal.

Estas características da vida cívica e política portuguesa devem procurar-se também no funcionamento das instituições e, em particular, do pilar da justiça, cuja pressão (pouco democrática) contra o activismo político é forte, efectiva e protegida da visibilidade pública.¹¹

A forma, em grossas manchas de óleo, de emergência dos movimentos sociais em Portugal, por contraste com a maior fluidez em Espanha e na Grécia, decorrem do tipo de ambiente social particularmente contido. Embora a inspiração global, dos FSM, da Primavera Árabe, dos Indignados em cada país e dos Occupy, dêem uma semelhança àquilo que se passa em Portugal e nos outros países à volta, os problemas a ultrapassar para afirmar o vigor das novas possibilidades serão específicos. Requerem não apenas boa vontade (sem a qual nada se faz) mas também conhecimentos de experiência feitos sobre o funcionamento dos processos de mudança social no nosso país, e em cada cidade.

Consciência colectiva

O projecto europeu de concorrer com os EUA pela hegemonia como modelo ideal de uma sociedade do conhecimento, fundada na ciência e tecnologia que dispensaria as indústrias poluentes para os países do resto do mundo e que continuaria ou até aumentaria os fluxos financeiros a seu favor, pois ficaria com as indústrias de maior valor acrescentado – as indústrias do conhecimento – de um momento para o outro revelou-se um logro. Pelo menos para as famílias que, em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, apostaram na formação superior

¹⁰ Cf. ponto 9 da carta de princípios,

<http://www3.ufpa.br/multicampi/images/documentos/Carta%20de%20Princ%EDpios%20do%20FSM.pdf>.

¹¹ O “Relatório da ACED sobre direitos cívicos e políticos em Portugal” em site da Associação Contra a Exclusão pelo Desenvolvimento, http://iscte.pt/~apad/ACED_juristas, ajuda a compreender a razão pela qual a identificação dos disfuncionamentos da justiça como problema central de desenvolvimento do país, faz mais de uma década, não foi suficiente para reformar o sistema.

da próxima geração e na integração dos portugueses na carruagem da frente do desenvolvimento europeu.

A crise da dívida soberana e a austeridade associada e indissociável – crise inventada (ou pelo menos utilizada) para destruir o Estado Social – convida os jovens com formação superior, ainda recentemente reformada para ser mais efectiva e adequada aos mercados de trabalho, a emigrarem e abandonarem os apoios familiares e de amigos para organizarem a sua sobrevivência profissional onde haja empregos, sendo o campo de mobilidade já não o território português (hiper-concentrado em Lisboa) como até aqui, mas as metrópoles mais ricas da Europa onde os fluxos financeiros que se escoam de Portugal estão a dar lucro.

A destruição local de emprego e de condições políticas para alimentar qualquer ânimo para dar sentido ao trabalho, em processo de cada vez mais rápida precarização, acompanhada de políticas de rapina fora da lei, sem que alguma instituição se atreva a assumir as suas responsabilidades de garante dos contratos internos, desde logo os contratos de assalariamento, deixa a maior parte do país, primeiro, perplexo (com a capacidade de fazer mal da política, coisa que se pensava em democracia impossível – e de facto é, caso a democracia não tivesse sido subvertida, faz muito tempo atrás, nas barbas de todos, como ninguém pode dizer que desconhecia). Num segundo momento longo de reflexão toma-se consciência de que era a sério: a democracia portuguesa legitimada pela Europa democrática pode virar-se contra os eleitores, mesmo quando são cada vez menos, em nome da economia (mesmo destruindo a economia) na sequência das políticas das últimas décadas de trocar a vida dos portugueses por fluxos financeiros para o País, mas agora a juros inóspitos e irracionais.

A ideia de convergência com a Europa revelou-se, num ápice, sem aviso, num processo de colonização, que Portugal também usou contra os povos colonizados.¹² Como um pesadelo. Por onde se esvaiu a esperança no futuro e em vez disso se vislumbra um Estado penitenciário, que se arma cada vez mais desproporcionadamente para perigos que as pessoas não vêm porque os perigos são as próprias pessoas. A sua revolta contra políticos que se apresentam de bandeira nacional ao peito e fazem declarações de amor ao povo mas, ao mesmo tempo, se mostram imperturbáveis com a sua agonia, em nome de uma fé messiânica nos sacrifícios aprovados por livros experimentalistas e conduzidos a partir de interesses estranhos ao povo português, interesses esses que os governantes e os seus apoiantes dizem compreender. Pelos vistos melhor que compreendem os interesses do povo que deveriam representar.

Diz o Patriarca de Roma em Lisboa, D. José Policarpo, respeito das mega manifestações, que não mudam nada e que são elas as responsáveis pela corrosão da democracia.¹³ Na verdade elas são um fenómeno social quase puro, sem partidos nem sindicatos, sem ideologias e sem corporações. Isoladas da política porque faz já alguns anos a política se tornou num pântano, de resto anunciado por um antigo primeiro-ministro ao abandonar a política. Fenómeno de tomada de consciência de que a distância sanitária da política (que não parou de crescer nos últimos anos) não pode continuar a ser a atitude correcta. O risco de que fala o dignitário

¹² Ler a esse respeito <http://mil-hafre.blogspot.pt/2012/10/fur-frau-merkel-carta-chanceler-da.html>.

¹³ Ler http://www.jn.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=2825411 e http://www.tsf.pt/PaginalInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=2825913.

católico deve ser esse – o do povo nas ruas desestabilizar a vida dos palácios – histórias de que terá certamente memórias transmitidas pela sua Igreja. Histórias que levaram as constituições modernas a tomarem por soberano o Povo. Por vezes anestesiado e embrutecido. Outras vezes surpreendentemente jovial, como nas manifestações pacíficas, multitudinárias e festivas, em contraste com o ambiente social que as espoleta.

Soberano nominal, o povo dá-se conta da sua própria existência (perigosa, pelos vistos). É por isso que está satisfeito. E é por isso que pode passar a sentir os sacrifícios não como um modo de manter a vida mas, pelo contrário, como um modo e evitar perder a vida que há para viver.

O facto dos comportamentos sociais se tornarem menos previsíveis, as circunstâncias objectivas, recenseáveis pela observação sistemática, não deixam de condicionar as possibilidades de acção social. Os modelos de acção social dominantes é que deixam paulatinamente de submeter-se a regras tradicionais. O povo, qual legislador, experimenta a criação de regras legitimadores dos seus comportamentos marginais.

Bibliografia

Alberoni, Francesco (1989) *Génese*, Lisboa, Bertrand.

Batson, Gregory (1987) *Natureza e Espírito*, Lisboa, D. Quixote.

Carvalho, Tiago (s.d.) Obstáculos de classe à cidadania em Portugal, em *Observatório das Desigualdades*, <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=122>, visto em 2012-10-22.

Dores, António Pedro (2009) *Espírito de Submissão Coimbra*, FCT/FCG, Coimbra Editora,.

Giddens, Anthony (1985) *The Nation-State and Violence - Vol II A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Cambridge, Polity.

Gil, José (2004) *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*, Relógio D'Água Editores

Holloway, John (2003) *Change the World Without Taking Power - The Meaning of Revolution Today*, Pluto Press, <http://www.endpage.org>.

Lahire, Bernard (2012) *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil, Couleur des idées.

Lambert, Christophe (2005) *La Société de la Peur*, Plon.

Liotard, Jean-François (1985) *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva

Minsky, Marvin (1985) *The Society of the Mind*, London/NY/Toronto/Sidney, Simon & Schuster Paperbacks.

Palidda, Salvatore e José Ángel Brandariz Garcia (dir.) (2010) *Criminalización racista de los migrantes en Europa*, Granada, Editorial Comares.

Parkin, Frank (1979) *Marxism and Class Theorie; a Bourgeois Critique*, London, Tavistock.

Roberts, Julian V. e Mike Hough, ed. (2002) *Changing Attitudes to Punishment - public opinion, crime and justice*, Devon, Willan Publishing.

Sennett, Richard (2006) *The New Culture of Capitalism*, Yale University Press.

Tarde, Gabriel (1993) *Les Lois de l'Imitation*, Paris, Éditions Kimé.